

# Beneficência Portuguesa recebeu Cr\$ 33 bilhões para pagar dívida do SUS

por Márcia Raposo  
de São Paulo

A Beneficência Portuguesa, um dos maiores hospitais da cidade de São Paulo, recebeu nesta semana Cr\$ 33 bilhões referentes ao repasse do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para pagamento de débitos dos convênios com o Sistema Único de Saúde (SUS). O valor pago refere-se à dívida do mês de abril último. Maio e junho estão em negociação.

"Na reunião desta semana com o presidente da República eu coloquei a ele que a atual situação é como se alguém, assalariado, recebesse seu pagamento 70 dias depois sem correção", explicou ontem a este jornal Antônio Ermírio de Moraes, vice-presidente do grupo Votorantim e da sociedade mantenedora da Beneficência Portuguesa.

Ele reafirmou ter se comprometido com o presidente Itamar a ajudar na campanha de convencimento de empresários a pagar seus impostos para evitar um agravamento ainda maior da situação de caixa do governo, que acaba atingindo também o setor da saúde. "Uma sociedade só é justa quando todos pagam, para que todos paguem menos. Não há como se negar a pagar impostos sob a justificativa de que o governo gasta mal...", explicou Moraes.

Segundo ele, o grupo Votorantim tem estado em dia com os seus tributos, especialmente com o Finsocial e Cofins. "Desde que acertamos com o ministro Adib Jatene, no governo Collor, que deixaríamos de depositar em juízo o Finsocial, passamos a pagar regularmente", comentou ele, explicando que depois que o Supremo Tribunal julgou a alíquota de 0,5% para o Finsocial, e não os 2% que o governo estava cobrando, quase por unanimidade, os juízes do Paraná seguiram a decisão do Supremo.

"Nos demais estados não há muito recurso do Finsocial preso ainda. Parece que no Mato Grosso também está havendo consenso



Antônio Ermírio de Moraes

entre os juízes, mas nos outros estados, onde temos mais empresas e o grosso do valor depositado, ainda está muito demorado", opinou Moraes, comentando que, quanto mais rápido houver a decisão judicial, mais rapidamente refluem os recursos para o Sistema de Saúde. "E eu não posso me adiantar à decisão da Justiça porque os demais acionistas da Votorantim me matariam...", brincou ele.

Quanto aos seus negócios — ramo de metalurgia — no grupo Votorantim, Moraes disse que a prioridade agora é conseguir aprovação para a usina de Tijuco, no Vale da Ribeira (SP), uma vez que sua meta é ter 66% de geração de energia própria. Hoje é 50% própria e 50% comprada do estado. "A redução de tarifas (de importações) nos obriga a melhorar nossa competitividade e é melhor encontrar saídas do que ficar reclamando da abertura", comentou. A usina de Tijuco traria ao grupo Votorantim — especialmente ao negócio de alumínio — uma geração adicional de 150 mil kw, e depende de aprovação da Cosema, o órgão estadual do meio ambiente. "Eu já tinha até pensado em reduzir a produção da CBA (alumínio) proporcionalmente à geração de energia própria com esses reajustes de tarifas reais. Mas decidimos aumentar a participação da energia própria e seguir negociando as tarifas com as companhias estaduais."